

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: refletindo conceitos

Autora: Gilvania Lima de Souza Miranda; Co-Autora: Maria Estela Holanda Costa Campelo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); gilvania_souza@hotmail.com;

Resumo:

O estudo que apresentamos neste artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado que está em curso na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao Programa de Pós-graduação – Centro de Educação, na linha de pesquisa Educação, Currículo e Prática Pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual objetivamos refletir sobre o conceito de alfabetização fazendo um contraponto desse processo dentro das teorias mecanicista e psicogenética, destacando o conceito de letramento e descrevendo as características da prática de se alfabetizar letrando. Para esse momento da pesquisa fizemos uma revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos nas questões de alfabetização e letramento como Ferreiro, Teberoski e Soares, como também trouxemos as contribuições de outros autores e pesquisadores da atualidade sobre o assunto. O nosso interesse pelo tema está diretamente ligado a diversos fatores de nossa experiência enquanto profissionais alfabetizadores e pesquisadores dessa temática. Acreditamos que, em um primeiro momento, conceituar a alfabetização pode parecer muito claro, afinal, é comum associá-la ao ensino e aprendizado da leitura e escrita. Mas em nosso estudo buscamos as especificidades da alfabetização, sua relação indissociável com outro conceito semelhante, que é o de letramento, tudo isso dentro de um processo histórico e evolutivo. Além da compreensão dos significados procuramos entender e caracterizar a alfabetização na perspectiva do letramento. Acreditamos que para o exercício de uma prática pedagógica que resulte no aprendizado consciente e reflexivo dos estudantes é preciso ter claro os conceitos, significados e implicações das ações docentes para a construção de conhecimentos por parte dos estudantes.

Palavras-chave:

Alfabetização, Letramento, Alfabetizar letrando.

Introdução:

O estudo que apresentamos neste artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado que está em curso na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao Programa de Pós-graduação – Centro de Educação, na linha de pesquisa Educação, Currículo e Prática Pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual objetivamos refletir sobre o conceito de alfabetização fazendo um contraponto desse processo dentro da teoria mecanicista e psicogenética, e destacando características da prática de se alfabetizar letrando.

O nosso interesse pelo tema está diretamente ligado a diversos fatores de nossa experiência enquanto profissionais alfabetizadores e pesquisadores. Há uma relação de encantamento e amor por essa fase inicial da vida escolar de um estudante que é a alfabetização tão marcada por emoções, inquietações, construções, desconstruções, frustrações e aprendizados.

Em se tratando de professores alfabetizadores, conceituar a alfabetização em um primeiro momento pode parecer muito claro, afinal, é comum associar a alfabetização ao ensino e aprendizado da

leitura e escrita. Mas em nosso estudo buscamos as especificidades da alfabetização dentro de um processo histórico evolutivo e as implicações deste na prática educativa.

Para esse momento da pesquisa nos apoiamos numa revisão bibliográfica para compreender o significado de alfabetização e a evolução do próprio conceito e da metodologia utilizada nesse processo ao longo dos anos. Tal evolução que proporcionou mudanças e ampliações na alfabetização foram percebidas com as contribuições das pesquisas realizadas por Emília Ferreiro juntamente com Ana Teberoski a partir da década de 80.

Com os estudos da teoria psicogenética de Ferreiro e Teberoski a teoria mecanicista de educação que concebia o professor como o detentor do saber e o aluno como uma tábula rasa passa a ser questionada e contestada. As atividades repetitivas e desconexas das cartilhas começam a perder espaço nas escolas com as discussões sobre a importância da interação entre estudantes e educadores e a realização de atividades contextualizadas e com a leitura e produção textos significativos dentro e fora do ambiente escolar.

Nesse contexto em que a escrita não é mais considerada um código, mas sim um sistema de notação, surge também o conceito de letramento, no qual os estudantes passam a ter contato e a fazer uso social de diversos tipos de textos e materiais escritos.

Com base na nova visão de alfabetização, associada ao conceito de letramento, muitos pesquisadores e autores passam a defender a prática de se alfabetizar letrando, cuja finalidade é de que os estudantes se apropriem do Sistema de escrita alfabética por meio de atividades de escrita, leitura, análise e reflexão sobre a língua.

Para descrever esse percurso pelo qual tem passado a alfabetização nossa pesquisa se fundamentou em autores clássicos nas questões de alfabetização e letramento como Ferreiro, Teberoski e Soares, como também em outros autores e pesquisadores que publicaram suas pesquisas sobre o assunto em obras e materiais como os cadernos do PNAIC¹, e as publicações do CEEL².

Acreditamos que para o exercício de uma prática pedagógica que resulte no aprendizado consciente e reflexivo dos estudantes é preciso ter claro os conceitos, significados e implicações das ações docentes para a construção de conhecimentos por parte dos estudantes.

¹ PNAIC é a sigla correspondente a Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um acordo firmado entre autoridades brasileiras em 2012 com o intuito de alfabetizar as crianças das escolas públicas até o 3º ano do Ensino Fundamental.

² CEEL é a sigla correspondente a Centro de Estudos em Educação e Linguagem – um núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que desenvolve atividades com foco na melhoria da Educação Básica em escolas públicas e particulares.

Alfabetização Mecanicista: memorização e repetição de códigos

As ações de ler e escrever foram consideradas durante muitos anos como ações de decodificação e codificação. Acreditava-se que era necessário o treino de habilidades motoras e a memorização de grafemas e fonemas para alfabetizar os estudantes. O professor era tido como o detentor do saber e a turma era tratada de forma homogênea e todos realizavam a mesma sequência de técnicas e treinamentos para atingirem a prontidão necessária para se alfabetizar. Nesse momento não se reconheciam as características individuais de cada estudante, muito menos se considerava que estes pudessem adquirir algum tipo de saber que fosse considerado válido fora do ambiente escolar.

Para o “aprendizado” da leitura e escrita e eram utilizados materiais como cartilhas, cartas de ABC e repetidas atividades de cópias e cobertura de pontilhados na intenção de se conhecer e memorizar as letras. Cumprida essa primeira etapa era hora agrupar as letras em famílias formando sílabas como o “famoso” BA BE BI BO BU; depois as sílabas eram juntas na formação de palavras, sendo primeiramente as mais curtas e com sílabas pertencentes à mesma família como as dissílabas BABÁ, BEBÊ e outras; só depois essas palavras eram reunidas à outros grafemas/fonemas na elaboração de frases como o clássico exemplo “O BEBÊ BABA”, ou “EVA VIU A UVA”, que, ainda que não fizessem nenhum sentido, tinham sons semelhantes e utilizavam as estruturas treinadas e supostamente aprendidas anteriormente, para, por fim colocar os estudantes em contato com a leitura e produção de textos também básicos e descontextualizados da realidade vivida por eles.

As escolas, instituições designadas para se promover o aprendizado formal, trabalhavam as questões de alfabetização por meio desses métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) e/ou analíticos (global), como o supracitado, criando padrões de aprendizagens e utilizando conteúdos e recursos que em nada se relacionavam com os contextos e conhecimentos prévios dos estudantes. Tais métodos consideram nosso sistema alfabético como um código, e por isso exigiam memorização mecânica de grafemas e fonemas.

Além de todo o mecanicismo da metodologia, durante muito tempo os castigos físicos eram permitidos de serem aplicados para quem não fizesse o uso correto das técnicas e memorização dos códigos exigidos. Todo esse conjunto de práticas provocou muitos traumas e gerou um alto índice de analfabetismo em nosso país.

Além dos que fracassaram muitos dos que “aprenderam” a partir desses métodos tornaram-se pessoas ditas alfabetizadas, mas que, não tinham condições nenhuma de compreender e produzir quaisquer tipos de textos.

Pesquisas mostram que as pessoas que mesmo submetidas à aprendizagem mecânica, mas que tiveram a oportunidade de vivenciar o aprendizado da leitura e escrita fazendo associações destas práticas com o cotidiano, relacionando letras a nomes de familiares, ouvindo histórias e/ou que tiveram contato com textos escritos em diferentes portadores textuais, obtiveram mais sucesso e menos traumas nas práticas que envolvem esses conhecimentos.

Os relatos dos que tiveram sua aprendizagem fracassada a partir dessas práticas de codificação e decodificação revelam que somente a partir das necessidades do dia a dia e que inseridos no seu meio social eles puderam adquirir conhecimentos de determinados tipos de textos como cartas, receitas culinárias, listas, entre outras.

Diante dessas realidades diversas os autores Morais e Albuquerque (2006) destacam a contradição existente entre os alfabetizados que não leem nem escrevem determinados textos e dos analfabetos que leem e escrevem por meio da própria compreensão e mediação de outras pessoas. Para eles com o passar do tempo foi preciso redefinir o conceito de alfabetização.

A concepção mecanicista de aprendizagem considerava que os estudantes iniciavam seu processo de alfabetização sem nenhum conhecimento prévio e estes recebiam de modo passivo os conhecimentos transmitidos pelo professor. Além disso, necessitavam apresentar prontidão para receber tais conhecimentos. Essa prontidão estava diretamente relacionada ao desenvolvimento de habilidades motoras e discriminação visual e auditiva. Trabalhava-se como se as turmas fossem homogêneas e como se o aprendizado se desse do mesmo modo e no mesmo tempo para todos os estudantes.

O erro não era aceito, pois significava a incapacidade do estudante em aprender, levando-o à repetência e muitas vezes à evasão escolar. A constância do erro já era entendida como a incapacidade do estudante em aprender e por isso ele era encaminhado para turmas especiais, sendo excluído das turmas regulares. As crianças que de fato tivessem alguma necessidade especial também ficavam segregadas nessas turmas especiais ou muitas vezes nem estudavam. A educação era excludente e atendia de forma efetiva apenas a uma minoria da população.

Alfabetização e letramento: as contribuições da teoria psicogenética



As mudanças ocorridas na alfabetização foram promovidas por diversos motivos sendo de natureza didática ou transformações no trabalho pedagógico, decorrentes de desenvolvimento científico e ou tecnológico (pesquisas em diferentes áreas do conhecimento), contextos sócio econômicos diversos, (re) organização escolar, mudanças pedagógicas (livros didáticos, materiais e recursos e documentos curriculares),etc.

Os estudos e pesquisas realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberoski a partir da década de 80 demonstraram que o nosso sistema alfabético não é um código a ser codificado e decodificado, pois não há uma correspondência biunívoca entre os grafemas e fonemas. Segundo as autoras/pesquisadoras a nossa escrita alfabética é um sistema notacional e seu aprendizado se dá a partir do momento em que o estudante compreende o que a escrita nota, ou seja, o que ela representa/grafa – nesse caso os sons das partes da palavra; e como a escrita nota, isto é, como ela cria essas representações a serem grafadas – combinações de grafemas e fonemas.

Para elas, antes de se chegar à compreensão do Sistema de Escrita Alfabética, os estudantes (crianças ou adultos) passam por diferentes fases, desde as diferenciações entre escrita e desenho, superando a ideia de que a escrita representa atributos e características dos objetos, até entender que a escrita representa a nossa fala, os sons que pronunciamos em nossas conversas e comunicações.

A Concepção Psicogenética de Ferreiro e Teberoski fundamentada na teoria construtivista de Piaget criticam as atividades de prontidão e a homogeneização das turmas. Os estudos que elas realizaram não comprovam a eficácia dos exercícios de prontidão e diante disso elas preferem acreditar que todos são prontos pra aprender e que já adquirem conhecimentos em suas experiências familiares e sociais e, portanto, possuem conhecimentos prévios ao aprendizado escolar. Elas também criticam a posição do educador enquanto detentor do saber e transmissor de conhecimentos e acreditam na construção de conhecimentos por meio da interação entre os pares e a mediação do professor. É na interação com a leitura e escrita de diferentes tipos de textos em contextos variados, refletindo sobre suas construções, estruturas e funcionalidades que os estudantes podem se alfabetizar.

A partir das discussões sobre a importância de se considerar os usos e funções da leitura e escrita com base em atividades significativas e contextualizadas é que surge um novo termo associado ao conceito de alfabetização, o letramento.

O termo letramento surge a partir da década de 90, com a ampliação que foi se fazendo do conceito e das questões que envolvem a alfabetização. Ele seria a versão em português da palavra inglesa literacy que significa a capacidade de fazer uso de diferentes tipos de materiais escritos. Em

inglês, literacy compreende todas as questões que envolvem a alfabetização, mas sua tradução para o português, aqui no Brasil, não substitui a alfabetização, mas está diretamente associada a ela.

Há quem discorde com o uso das duas expressões – Alfabetização e Letramento – defendendo que no conceito do primeiro, a alfabetização, já deveria estar incluso o segundo, de letramento e vice-versa.

No entanto, como os dois termos designam processos diferentes e envolvem conhecimentos e habilidades específicas no ato de ensinar na forma de aprender, eles ainda permanecem separados.

Albuquerque (2005) nos faz refletir sobre a real necessidade de definir o que alfabetização visto que esse conceito pode ser entendido como familiar e conhecido por professores e outros profissionais da educação básica – alfabetizar é ensinar a ler e a escrever. Daí ela nos questiona: o que significa ler e escrever?

Dada a complexidade e as especificidades que envolvem a alfabetização e o letramento, Soares denominou que ambos os processos são multifacetados. As facetas da alfabetização envolvem a consciência fonológica e fonêmica, relações grafemas-fonemas, habilidades de codificação e decodificação e tradução da fala sonora para gráfica. As facetas do letramento estão relacionadas à imersão dos educandos na cultura escrita, na participação em experiências variadas de leitura e escrita, na interação com os diferentes portadores e gêneros textuais.

Baseados nos estudos de Soares, Morais e Albuquerque descrevem, de forma mais sucinta, a alfabetização como sendo o “processo pelo qual se adquire uma tecnologia, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e para escrever”, e o letramento como o “exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita”. (2006, p. 63).

Para entender melhor essa discussão podemos dizer que a partir do momento em que o educando relaciona letras e sons e consegue articular vogais e consoantes na escrita das palavras, dizemos que ele está no nível alfabético de escrita. No entanto, ter os fundamentos da escrita alfabética não é sinônimo de que se possa escrever qualquer tipo de texto, pois o domínio do código escrito isolado não dá conta dos saberes necessários para a produção de um texto.

O ato de produzir textos envolve conhecimentos sociais que estão relacionados à sua estrutura e funcionalidade e a apropriação desse saber, até certo ponto, independe do conhecimento do código escrito. Para ilustrar essa afirmação podemos dizer que uma pessoa analfabeta pode conhecer a estrutura e funcionalidade de uma carta, por exemplo, sem saber ler e escrever. Nesse caso esses saberes estão diretamente ligados às questões do letramento.

Diante dessa diferença entre o domínio das técnicas de uso do código de escrita e o domínio dos conhecimentos que envolvem os usos e as produções de diferentes tipos de textos é que se mantém separados e indissociáveis os conceitos de alfabetização e letramento.

Sobre a discussão dos dois termos separadamente Soares (2004, p.14) nos justifica que,

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

Considerando a importância e as especificidades de cada um desses processos é que Soares nos diz que é preciso alfabetizar letrando, ou seja, é necessário ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita de modo que o indivíduo se torne ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Alfabetizar letrando: uma proposta para a contemporaneidade

As experiências sociais e culturais com práticas de leitura e escrita mesmo que mediadas pela linguagem oral possibilitam que os estudantes vão se constituindo como sujeitos letrados. Por isso dizemos que em um ambiente rico em experiências de leitura e escrita favorece e estimula esse aprendizado. Daí a importância de a escola reduzir as diferenças sociais entre seus alunos, promovendo constante e diariamente a vivência de práticas reais de leitura, escrita e produção de textos.

Nas últimas décadas o debate da alfabetização tem se ampliado, mas na prática o tratamento da escrita como um código a ser decifrado ainda é predominante. Mesmo com a leitura e escrita de textos que despertam o interesse dos alunos, ainda se propõem atividades de cópia mecânica e junção de sílabas de forma desconexa da realidade.

A construção de um sujeito letrado se dá por meio de práticas de leitura e escrita. Não trata-se, somente, de encher a sala de aula de materiais escritos, mas sim, criar situações concretas de leitura e produção de diversos textos. É preciso buscar e registrar informações e não usar o texto como pretexto para memorizar sílabas.



Expor o aprendiz ao mundo dos textos não quer dizer que ele vai aprender espontaneamente. É preciso, desde cedo, oferecer uma ajuda sistemática para se alcançar o aprendizado. Não basta conviver com a leitura e escrita, é preciso dissecar textos e palavras, fazendo uma análise metalinguística (percebendo semelhanças e diferenças entre elas, montando e desmontando...). Nesse sentido o uso de palavras estáveis – como o próprio nome, ou de determinado tipo de letra – a bastão por exemplo, não é modismo, mas sim meios que auxiliam no processo de reflexão e compreensão.

Considerando que toda ação educativa é intencional e como tal, deve ser planejada. Esse planejamento envolve a tomada de uma série de decisões que serão destinadas a estudantes que possuem características e necessidades específicas.

Na perspectiva de alfabetizar letrando desde os primeiros anos do Ensino Fundamental os educadores devem planejar atividades desafiadoras e que possibilitem a familiaridade e a vivência de experiências em diversas situações de leitura e escrita.

Os educadores precisam planejar e realizar em sala de aula atividades que permitam aos estudantes refletirem sobre a leitura e a escrita afim de que possam não somente ter contato, mas que possam analisar textos, compreender sua estrutura e finalidade. É preciso testar hipóteses de escrita, analisar as palavras, fazer comparações, estabelecer relações, de modo que as informações sejam compreendidas.

Com o intuito de se melhorar as práticas e os índices de alfabetização brasileira foi feito um Acordo, um Pacto³, firmado entre autoridades brasileiras que assumiram que, até o 3º ano do ensino fundamental, as nossas crianças devem ser alfabetizadas. Nesse sentido, o período do 1º ao 3º ano do citado nível de ensino, é considerado Ciclo de Alfabetização, cujo esclarecimento será feito na citação que se segue:

O Ciclo da Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um tempo sequencial de três anos (seiscentos dias letivos), sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento.

³ Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Além da instituição do Ciclo de Alfabetização, foram definidos direitos gerais e direitos específicos de aprendizagem que devem ser usufruídos por todas as crianças do Ciclo de Alfabetização.

A elaboração dos Direitos de Aprendizagem tem uma Base Legal, portanto, tem fundamento nos seguintes documentos como: Constituição Federal de 1988; LDB nº 9.394/1996; Lei nº 11.274 de 06/02/2006 que estabeleceu o ingresso da criança de 06 anos de idade no EF, ampliando-o para 09 anos; Parecer CNE/CEB nº 4 DE 10/06/2008, que institui que os três anos iniciais do EF devem ser voltados à alfabetização e ao letramento; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos.

Os direitos específicos de aprendizagem se apresentam no formato de objetivos e foram construídos para cada um dos eixos estruturantes ou áreas de estudo no interior de componentes curriculares: Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Ciências; Arte.

A partir desse acordo que foi firmado, foram elaborados materiais com conteúdos teóricos e sugestões de atividades práticas os quais foram disponibilizados para os professores do Ciclo de alfabetização por meio de um curso de Formação continuada.

As atividades propostas nos cadernos de formação foram elaboradas na perspectiva de se alfabetizar letrando, ou seja, de se possibilitar a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética por meio de atividades de produção, exploração e compreensão dos aspectos que compõem o nosso sistema de escrita.

Considerações Finais:

As discussões e pesquisas sobre alfabetização e letramento são muitas, mas o assunto é importante, necessário e a complexidade das especificidades que envolvem esses conceitos faz com que esse assunto seja sempre atual e primordial para os professores alfabetizadores.

Como já foi citada, as práticas e pesquisas sobre alfabetização já apresentam mudanças desde as décadas de 80 e 90, passados muitos anos ainda se percebe que as mudanças de atitudes no dia-a-dia das salas de aula não apresentaram as mesmas evoluções.

Muitos dos profissionais que hoje estão diante das turmas em processo de alfabetização vivenciaram ativamente as práticas mecanicistas e daí precisam transformar toda a experiência que vivenciaram enquanto estudantes em outra prática a partir das leituras e vivências enquanto profissionais da educação.

As mudanças de atitudes não são fáceis, mas todas as pesquisas já realizadas e os registros que estão disponíveis aos professores atualmente demonstram a necessidade de uma mudança de postura. Freire (1991), já dizia que não basta ler que está escrito, mas que também é preciso refletir criticamente sobre o que se lê. Para ele é preciso considerar as possíveis consequências políticas da inserção dos aprendizes no mundo da escrita.

Referências :

ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. de. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. (Orgs.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-21.

BRASIL. MEC. SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Manual do Pacto**. Brasília: MEC, 2013, p.17. Acesso em 21/04/2013.

Site: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização**. Caderno de Apresentação – Brasília: MEC, SEB, 2015.

CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. Alfabetização e Letramento na prática pedagógica. Entrevista a Luanna Priscila da Silva Gomes e Lucila Carvalho Leite. **CONTAR** – Jornal da Escola. Ano I, nº 2, fev./maio de 2013, p.6-7. Disponível em: http://www.grupocontar.com.br/arquivos/Jornal_CONTAR_2.pdf

CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar Crianças: Um ofício de Múltiplos Saberes**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. Trad. Horácio Gonzales (et al.). Atualizada. 24ª ed., São Paulo: Cortez, 1995. Coleção Questões da nossa época. V. 14.

_____. **Com todas as letras**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 17 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura, 17 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges. MORAIS, Artur Gomes. Letramento e Alfabetização: pensando a prática pedagógica. In: **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 69-83.**

LOPES, Denise Maria de Carvalho Lopes; VIEIRA, Giane Bezerra. Linguagem, Alfabetização e Letramento: o trabalho pedagógico nos três primeiros anos do Ensino Fundamental e as especificidades da criança. In MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UFRN; CONTINUUM – Programa de Formação continuada do professor para a educação básica. Curso de Aperfeiçoamento “Infância e ensino fundamental de nove anos”. **Módulo III – Linguagem, Alfabetização e Letramento**. Natal: UFRN/CONTINUUM, 2012.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; LÚCIO, Iara Silva. Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática. In: CASTANHEIRA, Maria Lúcia *et al.* **Alfabetização e Letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, Ceale, 2008, p.13-33.

MORAIS, Artur G.; ALBUQUERQUE, Eliana B. C.; LEAL, Telma F. (Orgs.) **Alfabetização: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges. Alfabetização e Letramento: o que são? Como se relacionam? Como alfabetizar letrando? In: LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.59-76.

SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: _____. **A magia da linguagem**. Edwiges Zaccur (Org.) 2ª ed. Edwiges Zaccur (Org.) 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

_____. **Alfabetização e Letramento**. 6 ed., São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Revista brasileira de Educação. Campinas: Editora Autores Associados, n. 25, p. 5-17, jan/abr. 2004.